



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## **XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

### **Educação inclusiva em escolas quilombolas: escritórias sobre o AEE e a inclusão de estudantes autistas no Ensino Fundamental**

**Thamires Carneiro de Almeida Nogueira<sup>1</sup>; Marco Antonio Leandro Barzano<sup>2</sup>**

1. Thamires Carneiro de Almeida Nogueira, PIBIC/CNPq, PEDAGOGIA, e-mail: thamiresnogueira126@gmail.com

2. Marco Antonio Leandro Barzano, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: malbarzano@uefs.br

**PALAVRAS-CHAVE:** Autismo; AEE, Escolas Quilombolas

### **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, a Educação tem sido marcada por debates significativos acerca do direito das pessoas com deficiência à escolarização em contextos inclusivos. Esse movimento foi impulsionado por marcos internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Tais documentos reafirmam a escola como espaço de diversidade, de promoção da cidadania e de garantia de direitos. Entretanto, quando a inclusão é analisada no contexto das escolas quilombolas, emergem desafios adicionais, pois esses territórios são atravessados por marcadores sociais e interseccionais como raça, classe, gênero e localização rural, que acentuam desigualdades históricas (Collins; Bilge, 2021; Carril, 2017). As escolas quilombolas, situadas em comunidades marcadas por lutas e resistências, assumem a responsabilidade de afirmar a identidade negra, enfrentar o racismo estrutural e reconhecer as especificidades culturais de seus estudantes. Quando essa realidade se entrelaça à presença de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se ainda mais urgente refletir sobre os caminhos para a inclusão escolar nesses contextos. Estudos como os de Mantoan (2003) e Benute (2020) ressaltam que a inclusão deve ser compreendida como processo coletivo, pautado em práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças e favoreçam o desenvolvimento integral.

Diante disso, este trabalho justifica-se pela relevância de analisar como ocorre a inclusão de estudantes autistas no Ensino Fundamental de uma escola quilombola, considerando os atravessamentos interseccionais que marcam esse território. O objetivo geral foi compreender a inclusão de estudantes com TEA a partir da narrativa de uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Como objetivos específicos, buscou-se: conhecer as ações pedagógicas inclusivas desenvolvidas pela docente; compreender os desafios e possibilidades da inclusão nesse contexto; e analisar aspectos de seu processo formativo e de sua prática pedagógica, à luz de uma perspectiva interseccional.

**MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa narrativa, que valoriza a experiência docente como fonte legítima de produção de conhecimento (Souza, 2014; Silva, 2020; Mota, 2023). Como recurso metodológico, adotou-se a escrevivência, conceito elaborado por Conceição Evaristo (2020), compreendida como uma forma de narrar experiências individuais e coletivas, revelando dores, conquistas, resistências e saberes historicamente silenciados.

O estudo foi realizado em uma escola quilombola do Ensino Fundamental, localizada no distrito da Matinha, zona rural do município de Feira de Santana – Bahia. A escolha desse campo justifica-se pela especificidade da territorialidade. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista narrativa com uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A entrevista foi realizada presencialmente, gravada em áudio (com consentimento da participante) e posteriormente transcrita para análise. Uma pré-visita à escola possibilitou a aproximação com o espaço e a construção de vínculo com a docente, garantindo maior fidedignidade às informações. A análise foi conduzida a partir da perspectiva (auto)biográfica, considerando que narrar é um ato de memória e criação, em que o sujeito atribui significados às experiências vividas (Souza, 2014). Assim, o texto produzido resulta da tessitura entre as narrativas da professora e a interpretação da pesquisadora, buscando compreender como se dá a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em contextos quilombolas.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

A análise das narrativas revelou que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola quilombola é atravessada por desafios estruturais e sociais, mas também por estratégias colaborativas que fortalecem o processo pedagógico. A professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) destacou que a construção de adaptações curriculares e do Plano Educacional Individualizado (PEI) ocorre de forma conjunta com outros docentes, demonstrando abertura para aprendizagens coletivas. Essa perspectiva corrobora com estudos de Mantoan (2003), ao afirmar que a inclusão deve ser compreendida como compromisso da escola como um todo, e não apenas da sala de recursos.

Outro ponto evidenciado foi a dificuldade de frequência de uma estudante autista de nível três de suporte, devido a condições familiares e de transporte. Essa situação confirma que as barreiras à inclusão ultrapassam a dimensão pedagógica, alcançando aspectos sociais e territoriais, como apontam Carril (2017) e Nascimento e Libardi (2023). A interseccionalidade, portanto, emerge como categoria essencial para compreender como deficiência, raça e localização rural se entrecruzam na experiência escolar (Collins e Bilge, 2021). Apesar das dificuldades, observou-se um esforço contínuo de sensibilização da comunidade escolar. A visita de alunos típicos à sala de recursos, no início do ano, foi relatada como prática pedagógica que favorece a socialização, reduz estigmas e promove vínculos. Essa experiência dialoga com Dias et al. (2021), que destacam a importância de ressignificar concepções sociais sobre o autismo, deslocando-o de uma visão biomédica restrita para uma perspectiva de diferença e neurodiversidade.

As narrativas também evidenciaram o papel da escola quilombola como espaço de afirmação identitária, ao valorizar saberes e tradições da comunidade, o que contribui para uma inclusão que vai além do acesso físico, fortalecendo pertencimento e autoestima (Araújo et al., 2024). Assim, confirma-se que a inclusão em contextos quilombolas deve ser efetivada se articulada a práticas antirracistas, antissexistas e anticapacitistas, capazes de enfrentar desigualdades históricas e promover uma educação emancipatória e autônoma

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)**

O estudo evidenciou que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas quilombolas pode envolver desafios relacionados às desigualdades sociais, raciais e territoriais e até estruturais, mas também revela práticas pedagógicas colaborativas que fortalecem o processo de ensino-aprendizagem. As narrativas analisadas mostraram que a construção coletiva de adaptações, o uso de planos individualizados e a sensibilização da comunidade escolar são estratégias fundamentais para promover o pertencimento e desenvolvimento dos estudantes. Conclui-se, portanto, que a inclusão em contextos quilombolas é efetiva quando compreendida de forma interseccional, articulando-se a práticas antirracistas, anticapacitistas e antissexistas, capazes de transformar a escola em espaço de resistência, identidade e emancipação.

### **REFERÊNCIAS**

ALCOFF, Linda. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Revista Sociedade e Estado. v.31 n° 1. 2016.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli. 948 p. Disponível em: [https://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM\\_V.pdf](https://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf).

ARAÚJO, Á; NETO, F. A Nova Classificação Americana Para os Transtornos Mentais – o DSM-5. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, v. 16, n. 1, abr. 2014.

ARAÚJO, Elza et al. Educação Quilombola-eq:a importância para a preservação da identidade cultural dos educandos. Revista Ouricuri, Juazeiro, Bahia, v.14, n.2. 2024, p.03-17. Jul./dez

BENUTE, Gláucia Rosana Guerra (Org.). Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão, volume 2 /São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 224, p. 26-27, 21 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2–11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CARRIL, Lourdes. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 539–564, jun. 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

DIAS, Camila et al. Representações Sociais Sobre o Autismo Elaboradas por Estudantes Universitários. *Psico-USF*, v. 26, n. 4, p. 631–643, out. 2021.

FERNANDES, C. S.; TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V. R.. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. *Psicologia USP*, v. 31, p. e200027, 2020.

LOPES, P; SOLVALAGEM, A; BUSSE, F;. **Em vistas da coligação: a interseccionalidade como ferramenta da luta anticapacitista, antirracista e antissexista**. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. editora crv. curitiba. 2020

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MOTA, Charles. *Autobioformação: Processos formativos constituídos e redimensionados pelo vivido*. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, 2023, v. 08, n. 23, p. 01-15, e1108.

NASCIMENTO, Maria; LIBARDI Suzana. *Identidade Negra/Quilombola: Diálogos intergeracionais de autoafirmação em uma comunidade do Sertão Nordeste*. *Revista Brasileira de Educação*, V. 28, 2023.

SILVA, Fabricio. *Tessituras constitutivas da abordagem (auto)biográfica como dispositivo de pesquisa qualitativa*. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2012960, p. 1-15, 2020.

SOUZA, E. *Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido*. *Educação (Santa Maria. Online)*, Santa Maria, v. 39, n. 1, jan./abr. 2014, p. 39-50.